

**Consolidação da paz e a sua sustentabilidade em Timor-Leste: Uma perspectiva política e securitária**

**Moderadora:** Teresa Cierco Gomes (FL-UP)

**Comentadora:** Francisca Saraiva (ISCSP-UL) e Ana Paula Brandão (Univ. Minho)

**Título da Comunicação:** *The Security Sector In Timor-Leste: What Can We Expect?*

**Autor:** Teresa Cierco Gomes (FL-UP)

**RESUMO**

Security Sector Reform aims to create a secure environment that is conducive to development, poverty reduction, good governance, and in particular the growth of democratic states and institutions based on the rule of law. This relies on the ability of the state to mitigate its people's vulnerabilities through development, and to use a range of policy instruments to prevent or address security threats that affect society's well-being.

Timor-Leste is currently relatively stable compared to the 2006 - 2008 crisis period, but it is still seen as a fragile state. In the security sector, this fragility highlights the conflictual relationship between the armed forces (F-FDTL) and the police (PNTL) as the most significant threat to national stability.

This paper examines the United Nations' efforts in Timor-Leste as an important case for the study of SSR in post-conflict countries and tries to answer the following questions: How has SSR evolved in Timor-Leste? What has the role of the military and police forces been in the country's stabilization and reconstruction? Are they contributing to peace or are they a source of potential conflict?

**Consolidação da paz e a sua sustentabilidade em Timor-Leste: Uma perspectiva política e securitária**

**Moderadora:** Teresa Cierco Gomes (FL-UP)

**Comentadora:** Francisca Saraiva (ISCSP-UL) e Ana Paula Brandão (Univ. Minho)

**Título da Comunicação:** *As Nações Unidas em Timor-Leste: para além da construção da paz e o contexto pós-intervenção*

**Autora:** Maria Raquel Freire (CES e FE-UC)

**RESUMO**

Este texto olha o processo de intervenção em Timor-Leste particularmente após a consulta popular em 1999 onde a maioria dos votos foi favorável à independência do país. Desde então, a presença das Nações Unidas (NU) em Timor-Leste assumiu diferentes formatos, desde a administração transitória até a monitorização eleitoral, incluindo o uso da força para contenção de violência. No processo de consolidação da paz, o papel do intervencionismo internacional era o de apoiar o país no desenvolvimento de instituições e na promoção de processos de boa governação, visando estabilidade. Este texto analisa o contexto onde estas intervenções tiveram lugar, olhando em particular o papel das NU até ao final do mandato da UNMIT em dezembro de 2012, procurando clarificar a contribuição das NU para a construção da paz em Timor-Leste. O texto argumenta que a abordagem das NU à paz tem sido essencialmente uma abordagem institucional, e que os desafios que permanecem e/ou surgem no contexto pós-intervenção são muitos relativamente à consolidação do estado, quer internamente (abordagem estrutural à paz) quer externamente (projeção de estabilidade a nível regional e internacional). Contudo, e apesar dos desafios que permanecem, o texto conclui com uma nota positiva sobre o curso de consolidação da paz em Timor-Leste, entendendo ainda que a política externa ativa que Timor-Leste tem vindo a promover pode constituir um fator positivo adicional no processo de consolidação interna.

**Consolidação da paz e a sua sustentabilidade em Timor-Leste: Uma perspectiva política e securitária**

**Moderadora:** Teresa Cierco Gomes (FL-UP)

**Comentadora:** Francisca Saraiva (ISCSP-UL) e Ana Paula Brandão (Univ. Minho)

**Título da Comunicação:** *Para além das cinzas: uma avaliação crítica da cooperação portuguesa em Timor Leste*

**Autora:** Daniela Nascimento (CES e FE-UC)

**RESUMO**

Historicamente e no quadro da sua política de ajuda pública ao desenvolvimento tem sido clara a prioridade e preferência dadas por Portugal aos países de língua oficial portuguesa (PALOP) e a Timor Leste. Este compromisso com o desenvolvimento das suas ex-colónias, contudo, nem sempre se tem refletido em políticas eficazes e/ou em alterações estruturais ao nível do desenvolvimento destes países, mostrando frequentemente ser esvaziado de uma estratégia coerente e eficaz. A partir de uma análise sectorial das políticas de desenvolvimento levadas a cabo por Portugal em Timor Leste, com enfoque particular nas áreas da educação, saúde e infraestruturas, este capítulo pretende avaliar, de forma crítica, o impacto da cooperação portuguesa para o desenvolvimento deste país, sublinhando as suas contradições e fragilidades e refletindo também sobre as oportunidades e contributos positivos ao longo dos últimos anos.

**Consolidação da paz e a sua sustentabilidade em Timor-Leste: Uma perspectiva política e securitária**

**Moderadora:** Teresa Cierco Gomes (FL-UP)

**Comentadora:** Francisca Saraiva (ISCSP-UL) e Ana Paula Brandão (Univ. Minho)

**Título da Comunicação:** *O sistema eleitoral em Timor-Leste: que desafios na consolidação da paz?*

**Autora:** Carla Luís (CES e FE-UC)

**RESUMO**

Timor-Leste tem uma longa história de presença de missões da ONU. Com início na Consulta Popular de 1999, que levou à independência, esta terminou em 2012, com o sucesso do ciclo eleitoral e o fim da UNMIT, a última missão no território.

Ao longo deste período foram postas em prática políticas de consolidação do Estado com diferenciados graus de sucesso. Uma das críticas apontadas à intervenção da ONU, sobretudo no início, foi a falta de integração das realidades locais e a tentativa de imposição de um modelo pré-formatado de Estado.

No entanto, em 2012 verifica-se que a situação existente é composta por uma combinação de duas linhas distintas: as políticas de consolidação do Estado implementadas pela ONU e a intervenção autónoma dos timorenses através das instituições nacionais.

A presente comunicação procura analisar o sistema eleitoral actualmente existente em Timor-Leste à luz destes dois factores, baseando-se sobretudo no trabalho de campo realizado durante o Ciclo Eleitoral de 2012 e em 2013, já após a saída da ONU. Procurar-se-á apresentar uma análise dos principais elementos estruturantes do sistema eleitoral, bem como dos principais pontos fortes e desafios para o pós-conflito e numa perspectiva a longo prazo de consolidação da paz.

### **Consolidação da paz e a sua sustentabilidade em Timor-Leste: Uma perspetiva política e securitária**

**Moderadora:** Teresa Cierco Gomes (FL-UP)

**Comentadora:** Francisca Saraiva (ISCSP-UL) e Ana Paula Brandão (Univ. Minho)

**Título da Comunicação:** *Construção da paz e desenvolvimento em Timor-Leste: uma relação problemática*

**Autora:** Paula Duarte Lopes (CES e FE-UC)

#### **RESUMO**

Este texto analisa as dinâmicas subjacentes ao processo de construção da paz em Timor-Leste, na sua inter-relação com o desenvolvimento. O texto argumenta que num contexto de intervenção externa (com particular enfoque para as Nações Unidas) e de pós-intervencionismo (após a saída da UNMIT em dezembro de 2012), esta tem sido uma relação problemática, com várias camadas que necessitam ser analisadas. As dimensões bilateral e multilateral da cooperação, os objetivos e instrumentos da mesma, discurso e ação num quadro de desenvolvimento são, neste contexto, aspetos centrais a este trabalho.

### **Comunicação Política: campanhas eleitorais, política-espectáculo e movimentos sociais na era da Internet**

**Moderadora:** Susana Santos (ISCTE e CIES-IUL)

**Título da Comunicação:** *Eleições autárquicas 2.0 - análise das estratégias de comunicação online de candidatos, partidos e movimentos independentes*

**Autoras:** Susana Santos (ISCTE e CIES-IUL) e Carlota Bicho (CIES-IUL)

#### **RESUMO**

As redes sociais são hoje uma ferramenta indispensável na comunicação política entre candidatos e eleitores, permitindo a difusão de mensagens políticas e o feedback sobre o teor dessas mensagens em tempo real. As eleições autárquicas de 29 de Setembro de 2013 são um momento importante para perceber as transformações em curso na interacção entre políticos e cidadãos, sobretudo num contexto em que as imposições de cobertura jornalística da CNE levaram à não cobertura eleitoral por parte das televisões.

Como é que os candidatos comunicam com os eleitores? Aproveitam as potencialidades das redes sociais para difundir a mensagem política? Comunicam em nome individual ou partidário? E os eleitores interagem com as mensagens difundidas pelos candidatos e partidos políticos? Estas são as questões que a presente comunicação pretende dar resposta através da análise de conteúdo das páginas de facebook e dos websites de: partidos políticos, movimentos independentes e candidatos aos seis municípios mais populosos (Lisboa, Loures, Oeiras, Sintra, Porto e Gaia) e com grande disputa eleitoral.

**Comunicação Política: campanhas eleitorais, política-espectáculo e movimentos sociais na era da Internet**

**Moderadora:** Susana Santos (ISCTE e CIES-IUL)

**Título da Comunicação:** *Mediatização(s) da(s) crise(s): a cobertura das eleições em cinco países europeus pelos media portugueses*

**Autores:** Eloísa Silva (CIES-IUL) e Sérgio Estevinha (CIES-IUL)

**RESUMO**

O contexto de crise económica na Europa, e em especial nos países da Europa do Sul, tem vindo a reacender velhas questões ligadas com estereótipos norte-sul. Os períodos eleitorais tornam-se momentos de grande tensão com um aumento da cobertura mediática nos vários países da UE. A escolha dos candidatos e dos partidos, mas também dos programas eleitorais e ideologias associadas deixa de ser uma questão nacional para se transformar numa preocupação europeia.

Nos anos de 2012 e 2013 decorreram cinco eleições em países da zona Euro. Em 2012, eleições legislativas na Holanda e na Grécia e eleições presidenciais em França. Em 2013, eleições legislativas em Itália e na Alemanha.

Com esta comunicação pretende-se analisar as representações sociais associadas a cada país presentes na cobertura mediática dos media portugueses durante os períodos de campanha eleitoral. A estratégia metodológica consiste na recolha e tratamento do conjunto de notícias sobre as eleições nos vários países numa base de dados comum. A análise quantitativa é suportada pela elaboração de uma ACM (análise de correspondências múltiplas) com o objectivo de testar as diferentes imagens e discursos associados a cada realidade social e testar a hipótese da presença de várias narrativas sobre a crise europeia.

**Comunicação Política: campanhas eleitorais, política-espectáculo e movimentos sociais na era da Internet**

**Moderadora:** Susana Santos (ISCTE e CIES-IUL)

**Título da Comunicação:** *Comunicação Política na era do espectáculo*

**Autora:** Carlota Bicho (CIES-IUL)

**RESUMO**

O presente trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre a comunicação política nas democracias ocidentais contemporâneas. Um olhar sobre a comunicação política, tanto na sua vertente de divulgação de informação, como na de mecanismo de legitimação ou de instrumento de controlo, pode ser útil para compreender os elementos que vão construindo o sistema que nos governa.

Os regimes democráticos tendem cada vez mais a adoptar um estilo de comunicação espectacular que faz recurso constante do sensacionalismo, de imagens e de emoções. Através da análise destes elementos centrais das novas tendências comunicacionais, pretendemos compreender qual a sua eficácia e o seu impacto no processo democrático. Enquanto os níveis de abstenção sobem e as vozes contra e a favor de uma comunicação mais “estimulante” se levantam, afigura-se essencial reflectir sobre o processo que faz dela hegemónica e as suas implicações.

Com um enfoque especial no lugar que os cidadãos ocupam nas nossas democracias, tentamos compreender qual o papel da comunicação sob a forma de espectáculo no processo que se quer democrático.

**Comunicação Política: campanhas eleitorais, política-espectáculo e movimentos sociais na era da Internet**

**Moderadora:** Susana Santos (ISCTE e CIES-IUL)

**Título da Comunicação:** *Movimento em rede e protestos no Brasil: Qual gigante acordou?*

**Autor:** Branco Di Fátima (ISCTE-IUL)

**RESUMO**

As manifestações que tomaram as ruas de centenas de cidades brasileiras, em junho de 2013, foram convocadas nas redes sociais da Internet. O elemento mobilizador do movimento é o aumento no preço dos transportes coletivos, mas terminou por estourar uma bolha de descontentamento que se caracteriza pela cobrança generalizada de melhores serviços públicos, pelo descrédito nas instituições democráticas e pela crise de representação política tradicional. Este artigo analisa o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), principalmente da internet, no movimento brasileiro. A estimativa é que pelo menos 136 milhões de contas nas redes sociais online tenham interagido com informações sobre os protestos. O trabalho analisa os contextos cultural, social, econômico e político pré-manifestações para desconstruir o mito de que o levante popular era totalmente imprevisível ou inesperado; apresenta o gênesis do movimento e as micro revoltas distribuídas há anos pelo país e, por fim, destaca o papel das redes da internet nas manifestações. Esta reflexão crítica revela dados da utilização das TICs no Brasil, os resultados de pesquisas de opinião e de inquéritos com os manifestantes.



## Políticas Públicas e Saúde

**Moderador:** Rui Branco (FCSH e IPRI-UNL)

**Título da Comunicação:** *Políticas e governança local no âmbito do envelhecimento*

**Autora:** Cristina Barbosa (UNIFAI – ICBAS/UP)

### RESUMO

O envelhecimento demográfico marca atualmente os discursos e a orientação estratégica e política. Surge como um desafio às sociedades, às instituições em geral, ao próprio modelo de organização coletiva atual e ao modelo de bem-estar. Apresenta-se ainda como um fenómeno que induz a reflexão acerca do papel das políticas públicas locais na promoção de estratégias de envelhecimento ativo e ainda de ativação das pessoas idosas nas sociedades contemporâneas, como pessoa e como grupo heterogéneo.

Pretende-se com esta comunicação apresentar e discutir acerca das estratégias de governança local perante o envelhecimento demográfico e ainda analisar o papel do poder local ao nível dos processos de governança multinível.

Apresentam-se dados que tiveram como base um estudo qualitativo com amostra empírica num estudo de caso, realizado em dois contextos, Portugal e Suécia, especificamente e respetivamente Lisboa e Nacka. Nestes contextos foram entrevistados *stakeholders* cuja atuação (in)direta têm ação e/ou interesse ao nível das políticas públicas locais no âmbito do envelhecimento.

Em termos gerais poder-se-á concluir que os modelos públicos locais de intervenção procuram renovadas lógicas de ação e a análise de ambos os modelos permite inferir que nenhuma política local é perfeita na sua estruturação, desde o seu planeamento, implementação e avaliação, no entanto, em diversos aspetos são complementares e podem ser reforçadas.

## Políticas Públicas e Saúde

**Moderador:** Rui Branco (FCSH e IPRI-UNL)

**Título da Comunicação:** *O Estado-Providência e a Igualdade de Género: Portugal em perspectiva comparada*

**Autora:** Edna Falorca da Costa (FCSH-UNL e Cesnova)

### RESUMO

Na segunda metade do século XX, os Estados-Providência deparam-se com um conjunto de novos riscos sociais, nomeadamente ao nível da conciliação das responsabilidades profissionais e familiares, em grande parte motivados pela revolução de género e pelas mudanças na composição do mercado de trabalho e nas estruturas familiares que ela despoletou.

Especialmente na Europa, os Estados têm respondido a este desafio dirigindo-se especificamente à mulher trabalhadora e às famílias com duplo rendimento através das Políticas de Conciliação entre o Trabalho e a Família (PCTF's), procurando assim ultrapassar o problema da divisão do trabalho pago e não-pago em função do sexo, uma das principais fontes da desigualdade de género.

Partindo de uma moldura teórica que combina as análises *mainstream* e feminista dos sistemas de providência, neste paper pretendemos demonstrar como o Estado-Providência, através da configuração de um conjunto de PCTF's, poderá promover ou dificultar a conciliação da vida profissional e familiar, o que se refletirá no nosso objeto de estudo, a igualdade de género no mercado de trabalho e na família.

A análise incidirá sobre a política de parentalidade, os serviços de apoio à infância e a política fiscal, a partir da década de oitenta, em Portugal e nos países da Europa do Sul (Espanha, Itália e Grécia).

## Políticas Públicas e Saúde

**Moderador:** Rui Branco (FCSH e IPRI-UNL)

**Título da Comunicação:** *Estado-Providência, Despesa Fiscal e Desigualdade: Portugal em perspectiva comparada*

**Autores:** Rui Branco (FCSH e IPRI-UNL) e Edna Falorca da Costa (FCSH-UNL e Cesnova)

### RESUMO

O conceito de *welfare* fiscal tem ganho relevo na literatura sobre o «esforço social líquido» dos Estados e os regimes de *welfare*, inovando perante as análises apenas centradas na despesa pública directa. É importante estudar a componente fiscal da despesa social não só pelo seu peso orçamental crescente mas pelos possíveis efeitos regressivos na distribuição do rendimento, por alterar a favor do mercado a forma como a política social exprime o equilíbrio de recursos de poder na sociedade, e por assentar num *policy-making* opaco, menos aberto ao escrutínio público.

Este *paper* mostra a evolução da despesa social indirecta em Portugal desde a década de '80, recorrendo aos exemplos das deduções fiscais com saúde, educação e habitação. Analisaremos as consequências do ponto de vista da equidade e da qualidade democrática dos direitos sociais: redistribuição do rendimento, equilíbrio entre provisão pública e pelo mercado, e escrutínio público do *policy-making*. Considerando, ainda, que a comparação internacional da dimensão da despesa social indirecta desafia uma leitura mecanicamente ligada aos regimes de bem-estar, procuraremos analisar e explicar a variação encontrada, passando em revista teorias como as que partem dos regimes de bem-estar, discutindo a sua origem, convergência e *retrenchment*, da orientação partidária e da análise de pontos de veto.

## Políticas Públicas e Saúde

**Moderador:** Rui Branco (FCSH e IPRI-UNL)

**Título da Comunicação:** *Políticas públicas de saúde e bem-estar social: fronteiras entre o financiamento público e o privado*

**Autores:** Eduardo Salomão Condé (PPGCSO/UFJF), Carolina Pires Araújo (PPGCSO/UFJF) e Lízia Coelho Medina (PPGCSO/UFJF)

### RESUMO

As políticas de *welfare* surgem como uma resposta do Estado às relações com o mercado nas sociedades industriais modernas. A emergência de demandas sociais resulta, assim, da tensão entre democracia e capitalismo. Considerada um dos pilares dos sistemas ocidentais de proteção social, a saúde pública articula-se, em geral, a outras políticas sociais. Ao se estudar políticas públicas faz-se necessário recorrer às conexões entre Estado, política, economia e sociedade. A saúde pública é prestada de múltiplas formas, cujas variáveis decorrem do contexto político-econômico. O presente estudo objetiva identificar os impactos das variantes de financiamento na proteção social da saúde. A proposta é identificar as articulações entre os domínios público e privado, a partir de dados estatísticos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como investigação empírica, será feita uma análise dos casos de Brasil e Portugal.

## Políticas Públicas e Saúde

**Moderador:** Rui Branco (FCSH e IPRI-UNL)

**Título da Comunicação:** *Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Brasil: participação dos trabalhadores em comissões intersetoriais de saúde e estratégias de defesa do direito à saúde do trabalhador*

**Autora:** Karen Artur (USP)

### RESUMO

As conferências nacionais de saúde e a as conferências nacionais de saúde do trabalhador têm afirmado o direito à saúde como um direito de cidadania e o princípio da participação como um elemento importante da política de saúde do Brasil. Cabe ressaltar que o contexto da 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador no Brasil (CNST) foi de grandes mudanças nas relações de trabalho que acompanharam o movimento mundial de reestruturação produtiva, com ênfase na globalização dos mercados, na privatização dos serviços públicos, nas terceirizações, nas mudanças de gestão, as quais conviveram com formas mais tradicionais de produção. Pode-se acrescentar que, em um país em que o Estado de Bem Estar Social jamais se concretizou nos moldes de países desenvolvidos, o aumento do desemprego, da informalidade e da exclusão social desestabilizaram ainda mais uma classe trabalhadora dividida e pressionada pelas práticas contra os direitos do trabalho. Por outro lado, cresceram as preocupações com os modelos de desenvolvimento, que têm implicações no mundo do trabalho. Exemplos dessas tensões são o processo de ambientalização dos movimentos sociais e as pressões capitalistas pela desqualificação das regulações relativas ao meio ambiente, inclusive no âmbito do trabalho. Todos esses aspectos trazem consequências para a saúde dos trabalhadores e são desafios para a efetivação das proposições da 3ª CNST e das próximas que virão, pois, ainda que os espaços de participação tenham aumentado, as políticas de saúde para o trabalhador apresentem contornos mais sólidos e as conquistas das negociações coletivas sejam inegáveis, existem desafios para a efetivação de tais políticas em um ambiente econômico que continua pressionando pela precarização dos trabalhadores, a exemplo do projeto de lei que regulamenta a terceirização no país. A partir de entrevistas com representantes dos

trabalhadores em Comissões Intersetoriais de Trabalho Estaduais, este trabalho visa qualificar a participação dos trabalhadores na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora bem como levantar as suas estratégias para a efetivação do direito à saúde do trabalhador. O marco atual da literatura sobre democracia coloca como ponto central a participação dos membros da comunidade política na formação e avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, discutimos as experiências dos trabalhadores com a referida política pública.

**Modelos alternativos de cooperação internacional para o desenvolvimento:  
atores e dinâmicas**

**Moderadora:** Isabel Maria Estrada Carvalhais (NICPRI-UM)

**Título da Comunicação:** *As singularidades do modelo de ajuda externa chinês no continente africano*

**Autor:** Jorge Tavares da Silva (Univ. Minho e ISCIA)

**RESUMO**

O crescimento exponencial da economia chinesa, atualmente a segunda maior do globo, tem sido acompanhada por um aumento dos pacotes de assistência externa a países com debilidades estruturais. Este país tem reforçado as suas relações diplomáticas, particularmente no continente africano, consubstanciado na criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), no estabelecimento de uma “parceria estratégica” e de um programa de assistência. A verdade é que a praxis chinesa neste último domínio contrasta com o modelo dito “ocidental” de ajuda ao desenvolvimento, tal como está consagrado no articulado da OCDE. A receita chinesa segue o pragmatismo económico de orientação estatal, também conhecida por “Consenso de Pequim”, e apresenta-se indiferente em relação aos contextos políticos onde atua. Afasta-se assim do modelo de intervenção liberal seguido pelo Banco Mundial e o FMI, assente no que se classifica por “Consenso de Washington”. Neste sentido, o presente ensaio visa colocar em confrontação o modelo tradicional de ajuda ao desenvolvimento com o modelo de ajuda “com

características chinesas” e apurar as razões porque o segundo não deve ser inserido no quadro conceptual do primeiro.

**Modelos alternativos de cooperação internacional para o desenvolvimento:  
atores e dinâmicas**

**Moderadora:** Isabel Maria Estrada Carvalhais (NICPRI-UM)

**Título da Comunicação:** *Cooperação Triangular: o crescente papel na definição das parcerias de Desenvolvimento.*

**Autora:** Sara Rodrigues (Univ. Minho)

**RESUMO**

As práticas e as ideologias que enformam o atual *paradigma da eficácia da Ajuda* têm estado em constante mudança, muito em particular desde a entrada do novo milénio. Com elas têm-se igualmente transformado de forma substancial as concepções da *Cooperação para o Desenvolvimento*. A emergência de novos atores de Desenvolvimento, principalmente doadores do Sul, impulsionou estas mudanças, oferecendo novas alternativas aos países em desenvolvimento. Foca-se assim a análise na forma como impulsionaram uma (re)definição da Agenda do Desenvolvimento, desafiaram as formas tradicionais da Ajuda, e estimularam uma rearticulação das relações entre o Norte e Sul. Neste sentido, parte-se da argumentação de que a cooperação triangular tem potencial para promover a reestruturação das relações de desenvolvimento, através da criação de sinergias entre os diferentes atores – especialmente enquanto ponte entre o Norte e Sul. O nosso objetivo centra-se pois em analisar o crescente papel da Cooperação Triangular na definição da geografia, políticas e parcerias *de e para* o Desenvolvimento, como forma de avaliar criticamente as estratégias dos estados desta modalidade de cooperação. Questionamos desta forma qual o interesse estratégico dos países do Sul, com foco no Brasil, em enveredar pela Cooperação Triangular em detrimento e/ou complementaridade das Cooperações Sul-Sul e Norte-Sul.

**Modelos alternativos de cooperação internacional para o desenvolvimento:  
atores e dinâmicas**

**Moderadora:** Isabel Maria Estrada Carvalhais (NICPRI-UM)

**Título da Comunicação:** *A CPLP na Política Externa Brasileira – Um Espaço para o Desenvolvimento?*

**Autora:** Iris de Mel Trindade Dias (Univ. Minho)

**RESUMO**

Segundo Grevi (2009), está em formação uma ordem internacional interpolar, sendo a interpolaridade o conceito que traduz a multipolaridade em uma época de interdependência. Nesse cenário, o Brasil busca espaços multilaterais para projetar sua capacidade de intervenção, aliando-se às potências emergentes, mas também aos vizinhos do Sul e a países Lusófonos. Nessa comunicação, analisaremos se, e de que forma, o Brasil utiliza estrategicamente a CPLP para sua projeção internacional, por via de uma política externa centrada no multilateralismo e no uso de *soft power*, que encontra na ideia do Brasil enquanto promotor de desenvolvimento económico, social e cultural, uma das suas expressões. Para tanto, analisaremos a atuação do Brasil nos diferentes eixos de trabalho da CPLP, observando diversas e novas dimensões cooperativas dessa Comunidade.

Tomaremos como quadro teórico o Construtivismo, que fornece o conceito de estrutura de identidade e interesse; e o Institucionalismo Sociológico, para analisar como as práticas organizacionais se ligam ao reforço da legitimidade social e a valores reconhecidos em um ambiente cultural mais amplo, relacionando estas práticas ao *soft power*.



**Modelos alternativos de cooperação internacional para o desenvolvimento:  
atores e dinâmicas**

**Moderadora:** Isabel Maria Estrada Carvalhais (NICPRI-UM)

**Título da Comunicação:** *Percepções Europeias da China*

**Autora:** Carmen Amado Mendes (Univ. Coimbra)

**RESUMO**

Esta comunicação vai em primeiro lugar analisar como é que os Estados membros da União Europeia percebem a China, se têm interesses nacionais específicos e se adoptam políticas bilaterais diferentes, e como é que essas diferentes percepções e políticas afectam as relações externas da UE com a China: serão as políticas oficiais da UE o resultado de um consenso estratégico comum ou da competição (principalmente comercial) intra-europeia? Em segundo lugar, iremos considerar se a política externa chinesa da UE tem um impacto nas instituições e políticas nacionais e se os esforços de cooperação entre os Estados membros contribuem para a construção de novas normas e redefinem as percepções nacionais e interesses em relação à China. Concluir-se-á que, apesar da existência de um certo grau de cooperação, as percepções e interesses dos governos nacionais continuam a ser o factor mais importante na determinação da política externa europeia em relação à China.

**A Extensão da Plataforma Continental Portuguesa no Contexto das  
Relações Internacionais**

**Moderador:** Victor Lopo Cajarabille

**Título da Comunicação:** *Portugal e o Oceano Atlântico no Séc. XXI: Recursos, Ciência e Visão Estratégica*

**Autor:** Jaime Ferreira da Silva (IESM/CAPP-ISCSP-UL)

**RESUMO**

Num mundo marcado pela escassez de matérias-primas e de outros recursos vitais, a perspectiva de acesso aos recursos minerais, energéticos e biogénéticos que o mar português potencialmente encerra, assume uma inegável relevância. Nesta comunicação é apresentado o conhecimento actualmente existente sobre o valor dos recursos naturais presentes nos espaços marítimos nacionais e são formuladas linhas de acção a desenvolver, nomeadamente no âmbito das relações internacionais, de modo a aproveitar-se o potencial do mar português. Conforme se poderá constatar, o aproveitamento deste potencial deverá passar pelo desenvolvimento das capacidades estratégicas e científicas para conhecer, explorar e proteger os recursos existentes no mar sob jurisdição e soberania nacional.

## A Extensão da Plataforma Continental Portuguesa no Contexto das Relações Internacionais

**Moderador:** Victor Lopo Cajarabille

**Título da Comunicação:** *Poder, Política e Ciência no seio da Comissão de Limites da Plataforma Continental*

**Autor:** Tiago Martins (CAPP-ISCSP-UL)

### RESUMO

A CLPC é um organismo nascido no âmbito Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar de 1982 e cuja competência fundamental é a de avaliar as propostas de extensão da plataforma continental, submetidas pelos vários estados costeiros.

Apesar de fundamentar a sua actividade em critérios predominantemente técnico-científicos, o trabalho da CLPC tem vindo a assumir um carácter manifestamente político uma vez que se debruça sobre a delimitação de fronteiras internacionais.

O objectivo deste *paper* é analisar o papel ambíguo da CLPC no contexto da actual corrida generalizada à última fronteira do séc. XXI: o mar. O argumento principal que defendo rejeita a ideia de que a CLPC é um órgão puramente técnico e totalmente imune ao mundo político em que actua, considerando pelo contrário que existe uma relação de forças clara entre os diversos actores interessados. Esta relação está plasmada em discussões tão relevantes como a do orçamento afecto ao trabalho da CLPC e correlativa agenda, o método de eleição dos seus vinte e um membros ou ainda a real amplitude da sua jurisdição.

A legitimação das pretensões nacionais poderá significar um marco na reorientação estratégica de Portugal para o mar enquanto imenso reservatório de oportunidades de desenvolvimento.

## A Extensão da Plataforma Continental Portuguesa no Contexto das Relações Internacionais

**Moderador:** Victor Lopo Cajarabille

**Título da Comunicação:** *A Extensão da Plataforma Continental Portuguesa: Implicações Estratégicas para a Tomada de Decisão*

**Autor:** Pedro Borges Graça (CAPP-ISCSP-UL)

### RESUMO

Portugal possui neste momento um território marítimo que é 18 vezes o seu tamanho continental e insular. Em 2009, foi submetida à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU uma proposta cientificamente fundamentada de extensão da plataforma continental, possibilitando que esse território seja aumentado para 23 vezes, numa dimensão equivalente à massa continental europeia que vai aproximadamente de Portugal à Polónia. Independente da aprovação desta proposta, a verdade é que está em curso um movimento de descoberta e exploração dos recursos marítimos que desafia Portugal a dar uma resposta adequada. As implicações deste movimento no plano interno revelam um cenário preocupante de vulnerabilidades relacionadas com o investimento disponível para o efeito e correspondentes capacidades científicas e tecnológicas. As implicações para a tomada de decisão em Portugal tornam-se portanto evidentes no que respeita ao plano externo e às opções estratégicas que deverão ser ponderadas e avaliadas, associadas à preservação e reforço da soberania, precisamente em termos de investimento estrangeiro e de potenciação nacional do poder de investigação científica e capacidade tecnológica. Neste contexto, é indispensável a análise comparada das vertentes europeia e transatlântica no sentido de se compreender quais os factores que se cruzam em benefício ou prejuízo de Portugal.

## Difusão de Poder e Práticas de Segurança

**Moderador:** José Fontes (UAberta, Acad. Militar, CAPP e OP)

**Título da Comunicação:** *Difusão de Poder e Práticas de Segurança "O espaço jurídico-constitucional da Segurança"*

**Autor:** José Fontes (UAberta, Acad. Militar, CAPP e OP)

### RESUMO

Nas sociedades contemporâneas, o poder e a segurança são cruciais na legitimidade e funcionamento do Estado. Apesar do progresso e da importância crescente dos direitos sociais, da burocracia, das instituições e ideologias, que contribuem para um Estado mais ou menos organizado, a segurança mantém o seu papel central numa comunidade política que continua a necessitar de ordem e paz para existir. Acresce que a política e acção públicas exigem uma inovação permanente para influenciar e transformar um diverso conjunto de necessidades, novos poderes, desejos individuais e interesses colectivos.

Este painel propõe uma investigação multidisciplinar às práticas políticas e securitárias combinando a análise aos níveis nacional e europeu. Assim, a primeira comunicação examinará a utilização dos instrumentos de poder ao nível das políticas públicas de segurança; de seguida será analisada a segurança aérea na UE, concentrando a problematização quer na ameaça terrorista actual, quer no processo de europeização das políticas securitárias; e, finalmente, será realizada a comparação do processo de categorização de indivíduos nos Estados-membros da UE hoje (imigrantes e refugiados) e durante o período colonial (nativos).

## Difusão de Poder e Práticas de Segurança

**Moderador:** José Fontes (UAberta, Acad. Militar, CAPP e OP)

**Título da Comunicação:** *Instrumentos de governação: Perspectiva das políticas de segurança*

**Autor:** Eduardo Pereira Correia (IEP-UCP e OP)

### RESUMO

Enquanto bem comum, é através da análise dos sistemas políticos, das instituições, dos processos políticos, e da envolvimento do estudo das estruturas de governação, que a segurança está intimamente ligada com o estudo da ciência política.

No âmbito da distribuição e transferência de poder em processos de tomada de decisão, cabe ao poder político atestar a garantia de justiça e segurança aos seus cidadãos. Desta forma, a política e conseqüentemente as políticas de segurança constituem uma relação estratégica complementar, enquanto conceitos operacionais, sociais e autónomos, de investigação das questões e desafios do Estado moderno.

Esta contribuição analisa os necessários e convergentes inputs securitários na área de actuação do poder, nomeadamente enquanto instrumentos de governação da acção política dos órgãos de soberania, que levaram a que desde há muito a segurança tenha constituído uma preocupação primordial dos indivíduos, da sociedade, mas também do Estado. A desmitificação e o surgimento de novos conceitos de segurança obrigam a um olhar conjuntural das políticas de segurança sobre a actuação da governação do Estado.

## Difusão de Poder e Práticas de Segurança

**Moderador:** José Fontes (UAberta, Acad. Militar, CAPP e OP)

**Título da Comunicação:** *Do ser à necessidade de reconhecimento: Burocracia, raça e políticas do corpo*

**Autora:** Teresa Furtado (UNL e OP)

### RESUMO

Na sua obra *As Origens do Totalitarismo* Hannah Arendt explora a relação de mútuo reforço entre o emergir da *raça* e da *burocracia* como modalidades de organização política e âncoras da capacidade de domínio dos Estados Imperiais.

O impulso da experiência colonial naquilo que constitui, na linguagem foucaultiana, a capacidade biopolítica do estado, permite-nos criar paralelos analíticos com as actuais políticas de categorização do Homem. A ambiguidade legal que governava a vida do indigenato emerge na contemporaneidade e tem a sua manifestação mais premente nas políticas de emigração e de refugiados. No actual cenário de crise económica e social, a vulnerabilidade do estatuto do imigrante e do refugiado encontra-se cada vez mais à mercê do poder soberano.

O que pretendemos aqui problematizar prende-se com a possibilidade de aplicação da concepção de *campo em sentido teórico*, de Giorgio Agamben, a ambas as categorizações expostas, tentando assim compreender a contiguidade, ou não, das bases racionais que as precedem.

## Parlamento Europeu e Democracia

**Moderadora:** Ana Isabel Xavier (FCSH-UNL e NICPRI-UM)

**Título da Comunicação:** *Democratizando a integração: eleições diretas para os Parlamentos Europeu e do Mercosul*

**Autor:** Bruno Theodoro Luciano (IREL-UnB)

### RESUMO

O presente estudo investiga comparativamente dois modelos de integração regional, o Mercosul e a União Europeia (UE), no âmbito de seus parlamentos regionais, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) e o Parlamento Europeu (PE), enfocando o papel da inserção das eleições diretas no ordenamento jurídico regional. A hipótese trabalhada é de que a inserção de representatividade direta nos parlamentos de integração traz dinâmicas novas às configurações dessas instituições parlamentares regionais na integração

Dada a incompletude das eleições diretas no Mercosul, a comparação entre os parlamentos voltar-se-á para os períodos que antecederam os pleitos europeu e mercosulino. No caso do Parlamento Europeu, estuda-se o período iniciado pela Decisão do Conselho Europeu de 1976 até a realização das eleições diretas em 1979. Quanto ao Mercosul, pretende-se analisar os fenômenos posteriores à criação do Parlamento do Mercosul (2006). A partir do modelo comparativo e do teste da referida hipótese, pretende-se discutir se as estruturas dos dois modelos de integração refletem em limites ao desenvolvimento de instituições democráticas supranacionais.



## Parlamento Europeu e Democracia

**Moderadora:** Ana Isabel Xavier (FCSH-UNL e NICPRI-UM)

**Título da Comunicação:** *A proposta do Parlamento Europeu de nomeação de candidatos à Presidência da Comissão por parte dos partidos políticos europeus*

**Autor:** Nuno Sampaio (IEP-UCP)

### RESUMO

Numa Resolução aprovada em 22 de Novembro de 2012, o Parlamento Europeu instou “os partidos políticos europeus a nomearem candidatos à Presidência da Comissão e espera que esses candidatos desempenhem um papel proeminente na campanha eleitoral parlamentar”, salientando “ a importância de reforçar a legitimidade política do Parlamento e da Comissão, associando de forma mais direta as respetivas eleições à escolha dos eleitores.” Este propósito foi reafirmado em diversos relatórios e documentos do Parlamento Europeu e, em 6 de Novembro de 2013, o Partido dos Socialistas Europeus apresentou Martin Schulz como seu “candidato designado”. Que consequências se podem esperar para o debate em torno da importância das eleições europeias e das questões relacionadas com a legitimidade e o “défice democrático” das suas instituições? Quais as vantagens e desvantagens desta proposta?

## Parlamento Europeu e Democracia

**Moderadora:** Ana Isabel Xavier (FCSH-UNL e NICPRI-UM)

**Título da Comunicação:** *O Parlamento Europeu e a iniciativa legislativa: o desafio ao monopólio da Comissão*

**Autor:** Ricardo Taveira Rodrigues (FCSH-UNL)

### RESUMO

Deste os Tratados fundadores, a Comissão Europeia dispõe do monopólio da iniciativa legislativa em matérias de natureza comunitária – ainda hoje é a única instituição formalmente habilitada a introduzir propostas de lei. No Tratado de Maastricht, buscando reduzir o défice democrático do projecto Europeu, foi atribuída ao Parlamento Europeu (PE) uma prerrogativa que lhe permite solicitar à Comissão a introdução desse tipo de propostas, conservando esta a liberdade para rejeitar/aceitar tais pedidos. Neste artigo, mediante a análise de 5 casos ocorridos após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, avaliamos a efectividade dessa prerrogativa do PE e o seu impacto no supramencionado monopólio da iniciativa legislativa, respondendo à pergunta: o PE é capaz de introduzir propostas de lei?

## Migrações e as Relações Internacionais

**Moderador:** Daniel Marcelino Rodrigues (FE-UC e OBSERVARE)

**Título da Comunicação:** *Migrações e riscos de segurança na Península Ibérica. A (des)construção dos mitos (1990-2030)*

**Autores:** Susana de Sousa Ferreira (IPRI-UNL e CEPSE-UP) e Teresa Ferreira Rodrigues (FCSH-UNL)

### RESUMO

A globalização das migrações cria oportunidades e gera receios. A mobilidade transfronteiriça levanta dúvidas quanto à segurança dos migrantes, das populações e dos Estados. Contudo, num cenário ibérico de crescente envelhecimento, as migrações apresentam-se como chave para o crescimento demográfico. A nossa investigação debruça-se sobre as questões e incertezas que decorrem dos moldes em que assenta a mobilidade humana no início do século XXI, aplicando-as ao caso concreto de Portugal e Espanha, países de tradição emigratória, que se transformam em países recetores num momento de alteração profunda dos fluxos migratórios à escala mundial. O mapa das migrações ibéricas é caracterizado por diferentes motivações, modalidades e perfis.

A presente intervenção, integrada num projeto de investigação ibérico, analisa a importância e os desafios que colocam os movimentos migratórios na Península Ibérica desde 1990 e tendo como horizonte temporal 2030. Assim, procuraremos (a) avaliar a importância das atuais dinâmicas migratórias para a Península Ibérica; (b) caracterizar o imigrante tipo, com recurso a indicadores demográficos e informações de carácter socioeconómico; (c) enunciar os desafios e oportunidades que se apresentam ao futuro das dinâmicas migratórias na Península Ibérica, através de um estudo prospetivo.

## Migrações e as Relações Internacionais

**Moderador:** Daniel Marcelino Rodrigues (FE-UC e OBSERVARE)

**Título da Comunicação:** *Mobilidade e crise no espaço ibero-americano: efeitos na participação política em Portugal*

**Autora:** Isabel Costa Leite (Univ. Fernando Pessoa)

### RESUMO

O reforço do espaço ibero-americano tem constituído uma resposta necessária às dificuldades com que os seus membros, sobretudo os ibéricos, Portugal e Espanha, se têm deparado desde o início da crise económico-financeira em 2008. Entre as diversas medidas que as Cimeiras ibero-americanas se propõem incentivar entre os Estados membros encontra-se a promoção da mobilidade dos seus cidadãos, factor que deve contribuir para a realização não só de um espaço alargado no contexto laboral mas também para um maior acesso a direitos de cidadania em que se inclui a atribuição de direitos eleitorais.

Com este trabalho, e partindo do contexto apresentado, pretende-se analisar 1) o efeito da crise nos fluxos migratórios entre os países latino-americanos e Portugal, o que tem alterado o nível de participação eleitoral dos respectivos cidadãos ao nível do poder local e 2) o efeito da crise económica portuguesa na permanência dos cidadãos espanhóis residentes e o nível da sua participação eleitoral.

## Intelectuais, Teoria e Relações Internacionais

**Moderador:** Daniel Pinéu (FE-UC)

**Título da Comunicação:** *International Relations Political Imagination and the liberal security apparatus*

**Autora:** Filipa Brandão (Univ. Bristol)

### RESUMO

The association between pop culture and risk management is notorious, especially in an era where risk is embedded in politics of event, in the imagination of an event that is yet to be disclosed but will inevitably happen.

Politics of imagination and pop culture encourage new imaginaries of risk, created and envisioned in an attempt to almost tame the future, to understand society's vulnerabilities.

Additionally as risk assessment has become a way of governance in the security apparatus politics of imagination has become intrinsic to this apparatus. However, it is the imagination of an apocalyptic scenario that has allowed the justification of exceptional measures to prevent the future catastrophe.

This is no more than the extreme expression a culture of preparedness, believed necessary to guarantee the survival of humankind.

Though exceptional measures tend to normalize through the years.

This process of normalization seems to count on the inclusion of these exceptional measures, such as images of torture, in pop culture.

Therefore this article will attempt to address the ways in which pop culture becomes part of the security apparatus, and how it has influence over it, presenting pop culture as a constitutive variable in this apparatus

## Intelectuais, Teoria e Relações Internacionais

**Moderador:** Daniel Pinéu (FE-UC)

**Título da Comunicação:** *Take this Waltz: O complexo de Édipo do Realismo na teoria das Relações Internacionais*

**Autor:** Guilherme Marques Pedro (UBI)

### RESUMO

Na esteira do argumento de Michael Williams segundo o qual o realismo consistiu numa forma de ‘salvar o liberalismo de si próprio’, este artigo avança a hipótese exploratória de que o neo-realismo de Kenneth Waltz constitui afinal o verdadeiro Édipo da história disciplinar das relações internacionais, uma corrente em que a tradição liberal pode ser metaforicamente equiparada à suicidária Jocasta. O argumento principal aqui exposto é o de que todo o realismo – mas sobretudo o “realismo estrutural” de Waltz – consistiu possivelmente na forma mais sofisticada e radical de liberalismo que as RI testemunharam até hoje, precisamente por se pretender anti-liberal. Esta é, de resto, a ‘valsa a dois passos’ que resume a originalidade, a polivalência mas também o paradoxo e a volatilidade quer do realismo Waltziano, quer da tradição liberal como um todo, uma tradição que parece alimentar-se das suas próprias contradições internas. Concluimos portanto da possibilidade do legado de Waltz se afigurar afinal como um furar de olhos edipiano do Realismo, e assim como o prenúncio de morte de uma disciplina que dificilmente chegará a velha se não se conseguir libertar do lastro liberal que impregna toda a sua história disciplinar – incluindo o episódio realista.

## Intelectuais, Teoria e Relações Internacionais

**Moderador:** Daniel Pinéu (FE-UC)

**Título da Comunicação:** *“Unidos pela Pátria!”: para uma leitura da praxis política dos intelectuais portugueses na I Guerra Mundial*

**Autora:** Eliana Brites Rosa (USC e CEPP-UCP)

### RESUMO

No centenário da I Guerra Mundial (1914-1918) torna-se importante refletir sobre o impacto do conflito na sociedade e política portuguesas. A nossa comunicação, que se insere no âmbito da história intelectual, pretende analisar o comportamento político dos intelectuais portugueses durante a Grande Guerra, que envolveu todos os países europeus com a exceção da Espanha, dos Países Baixos, da Escandinávia e da Suíça. Apresentamos como estudo de caso a *Renascença Portuguesa*, o principal movimento literário da época em Portugal, que apoiou a participação lusa nos campos de batalha e alargou a sua missão cultural ao envolvimento na propaganda de guerra, desenvolvendo *praxis* política a partir do campo literário, actuando na esfera pública e (re)produzindo um discurso legitimador sobre o conflito.

## Intelectuais, Teoria e Relações Internacionais

**Moderador:** Daniel Pinéu (FE-UC)

**Título da Comunicação:** *A insustentável leveza de ser da Teoria das Relações Internacionais em Portugal: uma perspectiva comparada*

**Autor:** Pedro Emanuel Mendes (CEPESE, IPRI-UNL e Univ. Lusíada)

### RESUMO

As Relações Internacionais (RI), embora com raízes europeias, foram essencialmente uma invenção Norte-americana. Na verdade, foi nos EUA, ainda que com importantes contribuições do Reino Unido, que as Relações Internacionais passaram a ser uma ciência social. Deste modo, desde a sua origem, até ao desenvolvimento dos sucessivos ciclos da formação das suas teorias principais, que a disciplina tem sido dominada pelo mundo anglo-americano. Todavia, a partir da década de noventa surgem duas importantes tendências na disciplina. Por um lado, a globalização e profissionalização da disciplina de acordo com os padrões e paradigmas teóricos principais (anglo-americanos) e, por outro, a redescoberta de ilhas teóricas geo-culturalmente diversas, com trajetórias e culturas político-institucionais particulares. Neste quadro, tem especial destaque a *redescoberta* das RI na Europa Continental. Mas também aqui é visível a existência de uma disciplina a “várias velocidades” e de “geometria variável”, dando origem a diferentes escolas e tradições teóricas. Então, e Portugal? Quando e como surgem as RI? Qual a sua trajetória académica e institucional? Quais os seus principais marcos científicos e teóricos? Existe uma identidade portuguesa das RI? Qual a relevância da disciplina na *prática* e na formulação de políticas públicas?



## Políticas Públicas e os Países Lusófonos

**Moderadora:** Licínia Simão (CES e FE-UC)

**Título da Comunicação:** *Questões Políticas da Política de Cooperação Portuguesa (1974-2014)*

**Autores:** Fernando Manuel Pinto Costa (CAPP e ISCSP-UL) e Fernando de Sousa Jr. (CESA-ISEG)

### RESUMO

Neste trabalho pretende-se perceber quais as grandes linhas orientadoras seguidas pela cooperação portuguesa durante a democracia (1974 a 2014) e como foram executadas, atendendo aos documentos estratégicos de política externa portuguesa. A ênfase assenta na abordagem dos principais (e quase únicos) destinatários da ajuda da cooperação portuguesa: os PALOP e Timor-Leste. Fundamental será também, a análise aos volumes financeiros de ajuda prestada, seus principais recetores e setores a que se têm destinado, procurando-se entender, ainda que genericamente, qual o impacto que esta ajuda tem tido no desenvolvimento dos países recetores.

## Políticas Públicas e os Países Lusófonos

**Moderadora:** Licínia Simão (CES e FE-UC)

**Título da Comunicação:** *Golpe de Estado, um entrave a Democracia: caso de África ocidental*

**Autor:** Wilson Pedro Té (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

### RESUMO

As décadas de 1950 e 1960 foram particularmente importantes para o continente africano, pois a maioria dos países conquistou a independência. Em 1960, por exemplo, 17 países das colônias francesas e inglesas obtiveram a independência pelos acordos pacíficos. Pelas ondas de libertação africana, este ano ficou conhecido como ano de libertação da África.

Na África Ocidental, o processo de desconização iniciou em 1957, com exceção da Libéria e Serra Leoa e terminou em 1975. Em 1990, deu início a promoção da democracia na África, os países da África Ocidental também adotam este novo regime de governação.

No entanto, desde 1990, período da democratização, todos os países da África Ocidental com exceção do Senegal já passaram por golpe de Estado.

O objetivo desse trabalho é de analisar os impactos dos golpes de Estado na África Ocidental e os seus entraves no processo democrático.

## Portugal e os Desafios de Políticas Públicas I

**Moderador:** Luís Filipe da Silva Madeira (UBI)

**Título da Comunicação:** *A limitação de mandatos legislativos*

**Autor:** Luís Filipe da Silva Madeira (UBI)

### RESUMO

A questão que subjaz à limitação temporal dos mandatos é a de determinar se os cargos eletivos devem ser exercidos por profissionais, por cidadãos que escolheram fazer da política uma carreira, ou se, pelo contrário, as funções políticas do aparelho de Estado devem ser desempenhadas por cidadãos que, durante um período pré-determinado, decidam colocar as suas competências ao serviço do público, dos seus pares, em suma, da comunidade.

No sistema político português, em matéria de limitação de mandatos eletivos, os legislativos constituem a última fronteira. No entanto, apesar de, na sociedade portuguesa, o debate sobre a limitação dos mandatos legislativos nunca ter tido lugar, tendo em consideração a experiência de certos Estados americanos, trata-se de um instrumento que apresenta grande potencialidade no que concerne à regeneração dos regimes democráticos e à reconciliação dos eleitores com as instituições políticas.

Assim, a comunicação aqui proposta tem a ambição de refletir sobre as vantagens e desvantagens de um sistema de limitação de mandatos legislativos, bem como sobre as consequências que uma tal reforma poderia ter sobre a representação de género, a relação entre eleitores e eleitos, a redução da influência dos partidos e dos grupos de pressão ou a competitividade eleitoral.

## Portugal e os Desafios de Políticas Públicas I

**Moderador:** Luís Filipe da Silva Madeira (UBI)

**Título da Comunicação:** *"Feet voting"? Municipalities in Portugal and the supply of public goods*

**Autores:** Joana Ferreira (DCSPT-UA) e Filipe Teles (GOVCOPP e DCSPT-UA)

### RESUMO

Charles Tiebout's model suggests that, at the local level, citizens move to the community that offers them the basket of public goods that best meets their preferences. These displacements are illustrated by the expression "feet voting" as citizens express their displeasure (or pleasure) against certain municipal supply, moving to a particular community, replacing voting in polls.

This paper tests the expected effects of "feet voting" in the Portuguese case, with specific regard to the shape of the supply of local public goods and their impact on consumer displacements, based on the legal and historical framework of Portuguese local governments and its structure of revenues and expenditures.

To this end, it describes and typifies the capacity and autonomy of municipalities in the definition of public supply (which goods, in what quantities and at what price), then assessing the effect of such capabilities and municipal decisions on consumers' choice.

The results show strong support that, in local Portuguese framework, it's not possible for citizens to vote with their feet.

## Portugal e os Desafios de Políticas Públicas I

**Moderador:** Luís Filipe da Silva Madeira (UBI)

**Título da Comunicação:** *O ensino profissional como resposta aos bloqueios do ensino secundário: análise de conteúdo dos programas dos governos e das decisões políticas, entre 1986 e 2009*

**Autora:** Alexandra Duarte (CIES-IUL)

### RESUMO

Os programas dos governos são importantes instrumentos de análise de políticas públicas. Este *paper* resulta da análise de conteúdo temática realizada para compreender o processo de tomada de decisão da introdução dos cursos profissionais nas escolas públicas. Pretende-se identificar como se formou a política pública, incidindo sobretudo sobre o processo do seu agendamento e formulação. Para tal recorre-se a teorias de políticas públicas, muitas delas devedoras da Ciência Política relevando-se o modelo de John Kingdon a principal conceção aceite.

Considerando que a introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias aconteceu durante o XV Governo e que, a medida foi fundamentalmente implementada numa perspectiva incremental, durante o XVII Governo Constitucional, importa compreender como diferentes governos foram identificando os problemas do secundário; qual a formulação de alternativas que foram apontadas; que dinâmicas políticas desencadearam a formulação da medida.

A análise estabelece paradigmas diferenciados de considerar o ensino secundário – visão mais elitista ou abordagem focada na igualdade de oportunidades e equidade – associando-as diferentes governos e ideologias.

## Transição e conflito

**Moderadora:** Paloma Román Marugán (Univ. Complutense Madrid)

**Título da Comunicação:** *La negociación entre las élites locales durante la transición española a la democracia: colaboración u oposición*

**Autor:** Francisco Collado Campaña (Univ. Pablo de Olavide)

### RESUMO

En 1979 se constituyen las primeras corporaciones democráticas en la España recién salida de la dictadura franquista. Los alcaldes y concejales de estos ayuntamientos tuvieron que hacer frente a multitud de cuestiones originadas en un período de transformación de las instituciones políticas. Entre estos asuntos, se encontraban una transición política unida a una crisis económica y la asunción de nuevas competencias municipales con acuerdo a las necesidades constitucionales y sociales del momento. En la presente ponencia, se realiza un estudio de las fórmulas de coordinación que se producen entre los grupos municipales en cuatro municipios españoles (Cáceres, Ciudad Real, Málaga y Sevilla) para seleccionar los “issues” de la agenda de gobierno y ejecutar las políticas públicas en el ámbito local. De esta forma, este análisis recurre al enfoque institucionalista de Scharpf y al neopluralismo, partiendo la hipótesis de que el mismo estilo de “política de consenso” que se produjo entre las élites parlamentarias de la Transición también se reproduce en el ámbito local.

**Palabras clave:** Élite local, municipios, gobierno local, transición, España.

## Transição e conflito

**Moderadora:** Paloma Román Marugán (Univ. Complutense Madrid)

**Título da Comunicação:** *O papel da violência nos processos de descolonização nas relações pós-coloniais: um estudo comparativo dos casos da Argélia e do Egito*

**Autoras:** Marta Silva (FEUC-CES) e Carla Prado (FLUP-CEAUP)

### RESUMO

Argélia e Egito tiveram experiências coloniais diferentes, com denominadores comuns visíveis na ideologia subjacente à sua luta independentista, que moldaram as relações entre ambos. Com esta comunicação pretendemos, em primeiro lugar, explicitar brevemente os processos coloniais vividos por egípcios e argelinos e, em segundo lugar, reflectir sobre as relações estabelecidas entre estes e as suas antigas metrópoles.

Comparando os processos de colonização e descolonização na Argélia e no Egito, procuramos confirmar a hipótese de que o nível de violência experienciado, e o trauma daí resultante, condicionaram – e continuam ainda a condicionar - as relações no período pós-colonial.

Concretamente pretende-se demonstrar que a maior violência e tensão vividas entre França e Argélia durante todo o processo, contribuíram para uma maior turbulência nas relações franco-argelinas. Em contrapartida, o Egito, através do papel de relevo que foi assumindo no mundo árabe, redireccionou essa hostilidade, garantido uma relação menos instável com a Grã-Bretanha.

## Transição e conflito

**Moderadora:** Paloma Román Marugán (Univ. Complutense Madrid)

**Título da Comunicação:** *Los procesos de pacificación de conflictos violentos: el caso del País Vasco*

**Autores:** Paloma Román Marugán e Jaime Ferri Durá (Univ. Complutense Madrid)

### RESUMO

Los procesos de pacificación resultan ser las fórmulas más esperadas y esperanzadoras para la “solución” de conflictos violentos de larga duración. El caso del País Vasco – con la violencia de ETA- es uno de los más persistentes en el escenario europeo e implica no sólo a España sino también a sus vecinos: a Francia, y en menor medida, a Portugal. La presumible finalización gradual del conflicto a través de la declaración de tregua por parte de la banda terrorista en 2010 es el inicio de esa etapa. Por el otro lado, se encuentra el Estado español que debe responder a esta nueva situación tanto policial, como judicial como políticamente. Las dificultades son enormes por los distintos intereses en juego. La ponencia analizará tanto el contexto como la posición de los actores en juego –Estado, partidos, izquierda *abertzale*, sociedad vasca y española, presos-, intentando analizar e interpretar el último caso de violencia terrorista persistente en territorio europeo.



## Cosmopolitismo e Paz na Desordem Mundial

**Moderador:** Silvério Rocha-Cunha (NICPRI e Univ. Évora)

**Título da Comunicação:** *A questão territorial no Ártico: Uma questão de desordem mundial?*

**Autora:** Carla Sofia Jacinto (Univ. Évora)

### RESUMO

Nos últimos anos tem vindo a verificar-se uma certa tensão diplomática na região do Ártico, principalmente após 2008, ano em que o U.S.G.S. demonstrou a probabilidade de a região ser abundante em recursos energéticos (nomeadamente gás e petróleo). É devido às alterações climáticas e ao conseqüente degelo das 3 calotes polares que é possível explorar a região, que desde 2007 tem vindo a aumentar.

A última região do planeta “sem dono” encontra-se em disputa pelos oito países que fazem parte do Circulo Polar Ártico (Canadá, Rússia, Noruega, Estados Unidos, Dinamarca (Gronelândia), Finlândia e Islândia), que enquanto apresentam planos de cooperação entre si, aumentam o seu orçamento militar, a sua frota marítima, e levam a cabo estratégias para a exploração dos recursos na região.

Mas não deveria ser a região do Polo Norte uma região de preservação de habitats, de desenvolvimento sustentável?

## Cosmopolitismo e Paz na Desordem Mundial

**Moderador:** Silvério Rocha-Cunha (NICPRI e Univ. Évora)

**Título da Comunicação:** *The European Union's Response to the Crisis: The Role of the EU's Institutions*

**Autora:** Isabel Ferraz Camisão (Univ. Coimbra)

### RESUMO

Under the EU treaties provisions for collective (or institutional) forms of political leadership prevail over those made for leadership performed by individuals.

Accordingly, an important leadership input from the EU's institutions would be expectable, particularly in times of crisis. However, during the current Eurozone crisis, some national leaders emerged in the media as the key-players, overshadowing the visibility and prominence of institutional leadership. But, to what extent is this individual "hegemony" mainly a product of the media coverage of the crisis? Have institutional leadership been non-existent throughout the Eurozone crisis or is it essentially a matter of perception? How have the Commission, the EP and the ECB contributed to tackle the crisis? Does Europe need a new institutional design aimed at revamping the supranational dimension of its governance?

This paper will essay an answer to these questions by looking at the EU's institutions main proposals to cope with the crisis and at their input in the solutions actually agreed by the member-states.

## Cosmopolitismo e Paz na Desordem Mundial

**Moderador:** Silvério Rocha-Cunha (NICPRI e Univ. Évora)

**Título da Comunicação:** *Learning to reproduce the modern logic of exclusion in the postnational paradigm*

**Autora:** Isabel Maria Carvalhais (NICPRI-UM)

### RESUMO

Though far from new as an exclusion-inclusion criterion, *knowledge* is becoming more evident as a 'legitimate' postnational gate for nonnationals to quickly access legality and citizenship rights. While migration policies may be increasingly restrictive, they also accommodate regimes meant to foster the legal residence of highly-skilled professionals. We must question though whether this 'new' criterion risks (or not) to damage the postnational language of citizenship as a more habilitating language for Human Rights between the state and the individual.

We look at the Portuguese legal frame in regard to general immigration and to highly skilled immigration as way to prove our argument that there is such risk.

Preference for immigrant skilled labour speeds up not only the bureaucracy regarding legal residence, but also social citizenship. In parallel, a national citizen legally entitled with full citizenship as well as a legal alien with formal access to various rights, political ones included, may be experiencing great difficulties in fully claiming for their social rights. In other words, they may actually feel and be socially less enfranchised than a legal alien scientist. Such incongruences must catch our attention as they are intimately embedded in the postnational citizenship paradigm's ethical coherence with human rights.

## Cosmopolitismo e Paz na Desordem Mundial

**Moderador:** Silvério Rocha-Cunha (NICPRI e Univ. Évora)

**Título da Comunicação:** *Transdisciplinaridade e refundação ética da política*

**Autora:** Irene Viparelli (Univ. Évora e NICPRI-UM)

### RESUMO

A presente intervenção pretende refletir em torno das condições de possibilidades e das consequências de uma abordagem transdisciplinar da política, entendendo por transdisciplinaridade uma específica atitude epistemológica, teorizada pelos membros do CIRET (*Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires*), cujo objetivo fundamental é a superação do especialismo disciplinar e a individuação de *topos* éticos em que o saber técnico possa dialogar com o conhecimento respeitante ao humano.

A aplicação da referida epistemologia à política acarreta a definição do “político” como *topos* ético transdisciplinar do encontro-confronto entre o plano institucional- sistémico e o plano subjetivo-social: por um lado, a atitude de abertura dos poderes constituídos perante as instâncias constituintes da sociedade civil mundial é reconhecida como condição *sine qua non* pela constituição de um ordenamento global democrático; por outro o bloqueio das dinâmicas comunicativas entre as duas referidas dimensões é considerado como causa principal da atual “crise da política”.

A presente intervenção pretende assim contribuir para a reflexão em torno da democratização da ordem global, reconhecendo na definição de uma nova ética universal, fundamentada no diálogo entre lógica sistémica e o “mundo humano”, a condição *sine qua non* para a formulação de um novo conceito de “política”, adequado à nossa contemporaneidade.

## Democracia e Representação: uma abordagem em tempos de crise

**Título da Comunicação:** *Parties electoral performance in Portugal and Italy in times of crisis. Government failure, opposition success?*

**Autores:** Enrico Borghetto (UNL), Elisabetta De Giorgi (UNL) e Marco Lisi (UNL)

### RESUMO

The costs of the crisis in Southern European countries have not been only economic but political. Economic crises tend to lead to government instability and termination and political challengers are expected to exploit this contingent window of opportunity to gain an advantage over incumbents in national elections. The current crisis seems to make no exception, looking at the results of the general elections recently held in Southern Europe. However this did not always mean a clear victory of the main opposition parties. In most of the elections, in fact, the incumbent parties' loss did not coincide with the official opposition's gain. The extreme case is represented by Italy, where both the outgoing government coalition led by Silvio Berlusconi – not considering the technocratic phase – and its main challenger, the centre left coalition, ended up losing millions of voters and a new political force, the Five Star Movement, got about 25 per cent of votes. On the opposite side there is Portugal. Only in Portugal the vote increase for the centre right PSD, in fact, exceeded the incumbent socialists' loss. This work aims at exploring the factors which might account for this significant divergence between the two cases. The empirical analysis will focus on structural factors such as the electoral and party system, external factors such as the role of supranational actors, and internal variables such as the level of support towards government and political parties and the style of the electoral campaign.

## **Democracia e Representação: uma abordagem em tempos de crise**

**Título da Comunicação:** *Is the economic crisis causing a real legitimacy crisis in the European periphery? The comparative cases of Ireland, Portugal and Spain.*

**Autores:** Emmanouil Tsatsanis (CIES-IUL) e Conceição Pequito (ISCSP-UL)

### **RESUMO**

The years between 2008 and 2012 were a key period in the history of countries in the European periphery. The sovereign debt crisis was not only putting into question the living standard of citizens, but also the sovereignty of the state and the relationship between citizens and government. The aim of this presentation is to analyse how public opinion perceived the democratic regime and its performance and how this perception changed between 2008 and 2012 in three of the countries that have been most affected by the economic crisis and the response to it: Ireland, Spain and Portugal. The main hypothesis explored here is: has political support (diffuse and specific) towards the democratic regime become scarcer due to the economic crisis? Which are the most important factors that determine the acceptance or rejection of democracy, on the one hand, and citizen's (dis)satisfaction with the way democracy works currently? Has the legitimacy of the democratic regime been seriously affected between 2008 and 2012? We will try to answer these questions using data from the fourth, fifth and sixth rounds of the European Social Survey.

## Democracia e Representação: uma abordagem em tempos de crise

**Título da Comunicação:** *Diffuse and specific regime support in times of crisis: voters' assessments of democracy in Portugal, before and after the bailout (2008-2012)?*

**Autores:** Emmanouil Tsatsanis *et al* (CIES-IUL)

### RESUMO

Since the third wave of democratization in the 1970s and 1980s, the democratic system in Europe lives under a singular paradox. On the one hand, the expansion of democracy to various European countries and regions, and the triumphalism of the democratic regime; on the other hand, since the 1990s, the debate on the crisis of democratic legitimacy, which has emphasized the growing gap between those who govern and those who are governed. This latest situation has become particularly critical and problematic in the case of the countries of Southern Europe, with sovereign debt crises, external intervention by the EU, the European Central Bank and the IMF. The new social and economic scenario that has emerged raises questions on its impact on democratic regime support. Using a relevant case study - Portugal - this paper firstly aims to descriptively analyze how voters assess the Portuguese democracy (diffuse and specific support) before and after the economic crisis; secondly, to explore if there have been significant changes in the models of explanation of regime support throughout this period; and finally, to explore its political consequences. Findings suggest that support for democracy has decreased in Europe, and in particular specific support in Portugal. The explicative models of regime support are rather similar in both years, although reflecting the crisis in 2012, and the consequences of the crisis are more acute regarding diffuse regime support.

## Novos olhares sobre o espaço pós-Soviético

**Moderador:** Maria Raquel Freire (FEUC/CES)

**Título da Comunicação:** *Insegurança e conflitos na Eurásia: novas lentes de análise*

**Autora:** Licínia Simão (CES e FE-UC)

### RESUMO

A persistência de conflitos ativos no espaço pós-Soviético tem sido uma característica definidora das relações securitárias no contexto regional desde o final da década de 1980, influenciando perceções, alianças e prioridades políticas. Ao nível académico, o estudo destes fenómenos tem privilegiado abordagens estado-cêntricas, preocupadas com questões de segurança nacional e regional, frequentemente definidas enquanto dinâmicas militares. Este artigo propõe-se mapear estas abordagens e apresentar perspectivas alternativas sobre a segurança na Eurásia e os seus conflitos. A partir de conceitos como violência estrutural de Galtung ou usando o nexo 'direitos humanos-segurança', emergem novas formas de insegurança na região que estão directamente ligadas à permanência destes conflitos, mas vão para além destes, revelando novos agentes, estruturas e dinâmicas de insegurança, frequentemente invisíveis nas análises convencionais.



## Novos olhares sobre o espaço pós-Soviético

**Moderador:** Maria Raquel Freire (FEUC/CES)

**Título da Comunicação:** *The idea of macro communal space and its applicability to the ethno-complex societies of the post-soviet Caucasus and Central Asia*

**Autor:** Tiago André Ferreira Lopes (ISCSP-UTL)

### RESUMO

Rustow defined “National Unity” as the sole prerequisite to a successful transition towards democracy. Later, Linz and Stepan introduced a second prerequisite the “Modern State”. Despite agreeing with the importance of these two prerequisites, there is a growing need to introduce a third prerequisite able to encompass ethno-complex societies. It is difficult to achieve National Unity in ethno-complex settings like those in the Caucasus and Central Asia, because civil societies are highly fragmented and the several “fragments” do not perceive themselves as mutually equal. It is important to recall that only stable and durable compromises are able to craft this idea of “National Unity”. In this regard, “macro communal spaces”, as we conceptualize them, can act as a harmonizing pre-chamber, in which similarities are enhanced but differences are not forgotten. In this paper we intent to explore the need to introduce a third prerequisite to the transitological analysis, when looking upon ethno-complex environments. Secondly, we propose an operational definition of macro communal space, adapted to the specificities of the post-soviet societies. In the third part we will attempt the application of the concept to ethno-complex societies in the Caucasus and Central Asia, to measure its need and utility.

## Novos olhares sobre o espaço pós-Soviético

**Moderador:** Maria Raquel Freire (FEUC/CES)

**Título da Comunicação:** *Entre Bruxelas e Moscovo: que futuro para a Parceria Oriental?*

**Autor:** Daniel Marcelino Rodrigues (FE-UC e OBSERVARE)

### RESUMO

A criação da Parceria Oriental, como parte da Política de Vizinhança levada a cabo pela União Europeia, responde a imperativos de estabilização da sua fronteira oriental e, também, de uma maior integração dos seus países que a compõem com este bloco político-económico. Porém, a crescente influência da UE numa região que Moscovo continua a considerar como sendo parte da sua esfera de influência teve como resultado uma tomada de posição clara por parte desta última. A Federação Russa pediu aos vários países da Parceria Oriental na eminência de assinar acordos de associação com a UE na Cimeira de Vilnius de Novembro de 2013 uma clarificação quanto às suas pretensões – UE ou União Euroasiática?

Esta comunicação pretende analisar as mais recentes tendências no processo de integração europeia dos países da Parceria Oriental à luz de uma política externa russa, aliada ao vector económico e comercial, mais agressiva. Tentará ainda observar de que forma a presidência lituana do Conselho Europeu lidou com esta questão, tendo simultaneamente presente os interesses da UE na sua periferia a leste e os principais objectivos da política externa de Vilnius nesta região.

## Direitos Humanos e Sociedade Política

**Moderadora:** Mónica Dias (IEP-UCP)

**Título da Comunicação:** *A instrumentação salazarista do discurso dos Direitos Humanos*

**Autora:** Ana Campina (EPA e IJP)

### RESUMO

É indubitável que a ação de António de Oliveira Salazar, a política que desenvolveu, a legislação que implementou e a orgânica e a estrutura do seu regime, o Estado Novo, estão cravejados de leis protetoras dos direitos fundamentais dos cidadãos portugueses, *mas* sempre salvaguardados por “leis especiais”. Estas ocultavam e manipulavam a ação salazarista e do seu regime no que se refere à proteção dos direitos individuais e sociais. Se analisarmos e interpretarmos os discursos de Salazar, entendemos que ação comunicacional salazarista atuou em sentido oposto à realidade vivenciada em Portugal e pelos portugueses. E se a imagem pública e a ação comunicacional para Salazar foram entendidas desde muito cedo, na sua vida pessoal e pública, como instrumentos basilares de afirmação ideológica, manipulação da Opinião Pública e gestão dos apoios que se revelaram cruciais, como a Igreja Católica ou mesmo as instituições políticas, certo é que foram ferramentas de ação e desenvolvimento político, económico, financeiro e social do e no salazarismo. Assim, importa refletir e desenvolver uma interpretação que culmine na organização de uma diversa e profícua panóplia de conclusões que apoiam a interpretação do passado de Portugal e dos portugueses, que apoiam o entendimento e compreensão do nosso presente.

## Direitos Humanos e Sociedade Política

**Moderadora:** Mónica Dias (IEP-UCP)

**Título da Comunicação:** *História e Legislação para a Igualdade de Género em Portugal: Perspetivas*

**Autoras:** Ana Campina (EPA e IJP) e Filipa Magalhães (EP Aveiro)

### RESUMO

Direito, acusado de ter acolhido, consagrado e promovido práticas discriminatórias até meados do século passado, assumiu com a Constituição de 1976 e, de forma mais acentuada, na última década, o papel de agente promotor da igualdade e penalizador de comportamentos discriminatórios. É, a este respeito, interessante refletir sobre a mudança de papel nesta temática porquanto outrora considerado um dos principais elementos promotores da desigualdade, enquanto espelho do contexto em que se enquadra e conformando-se com este, assume agora o revolucionário papel de promotor da igualdade, incentivando comportamentos não discriminatórios e punindo práticas discriminatórias.

Todavia, e não obstante o enorme esforço que tem vindo a ser desenvolvido neste domínio, com um objetivo de percorrer as áreas mais importantes, como o Direito da Família, o Direito do Trabalho e o Direito Penal, impõe-se refletir sobre o alcance real destas medidas numa sociedade que não reage às leis com a mesma recetividade com que outrora estas refletiram os princípios conformadores da sociedade. Refletir a Igualdade de Género é questionar sobre a génese dos Direitos Humanos fundamentais sob as mais diversas perspetivas. A história de Portugal, acoplada ao percurso e desenvolvimento da sociedade europeia e mundial, demonstra que a desigualdade entre homens e mulheres foi, é e será, por demasiado tempo, uma realidade. Urge uma tomada de medidas apoiadas em factos científicos e fundamentados numa visão de mudança. Objetivando a caracterização da situação da *desigualdade* em Portugal, com especial enfoque durante o salazarismo, fazendo uma passagem pela transição para a democracia, culminando com uma análise conjuntural da atualidade e perspetiva de futuro.

## Direitos Humanos e Sociedade Política

**Moderadora:** Mónica Dias (IEP-UCP)

**Título da Comunicação:** *Que limites para a esfera privada? - quando a linha que a separa da esfera pública reclama uma reflexão em face das novas formas de relacionamento interpessoal*

**Autora:** Ana Filipa Gilsanz Magalhães (Univ. Aveiro)

### RESUMO

No passado mês de Maio, o Tribunal da Maia foi chamado a pronunciar-se em sede de processo de declaração de ilicitude de um despedimento, num caso de dois docentes do Colégio Casa Mãe que colocaram uma foto de um deles, tirada pelo outro, sentado em cima de uma pilha de cadernos de exercícios dos alunos e folhando um deles com ar de quem tinha muito trabalho pela frente, com a seguinte legenda “Abram alas.... este não deixa nada para ninguém. É o próximo.....”. A direcção da escola considerou que este comentário e a foto em causa consubstanciavam uma atitude jocosa relativamente ao trabalho e despediu os dois professores, tendo aplicada a pena de repreensão escrita a todos os que fizeram like na referida foto. Esta questão, recente em Portugal, tem levantado noutros países questões quanto às respostas legais para estes casos.

O protagonismo assumido pela internet no campo da comunicação interpessoal veio abalar os alicerces em que confortavelmente se construía a linha delimitadora entre a esfera pública e a esfera privada. Nesta comunicação, propomo-nos refletir sobre a adequação das respostas legais existentes a situações que não são comparáveis com as que legitimaram a sua existência.

Serão as respostas legais suficientes para os problemas atuais?

Que limites e poderes à autoridade de uma entidade empregadora que se arroga no direito de estabelecer limites à forma e conteúdo do exercício da liberdade de expressão dos seus colaboradores?

## Direitos Humanos e Sociedade Política

**Moderadora:** Mónica Dias (IEP-UCP)

**Título da Comunicação:** *Portugal, um caso de secularização cristã*

**Autor:** Jorge Botelho Moniz (UNL e OP)

### RESUMO

O fenómeno da secularização, a variável dependente do nosso estudo, é o ponto de partida para diagnosticarmos o recuo do sagrado e a reformulação da relação do Estado e dos indivíduos com o fenómeno religioso e vice-versa num país secularizado, religioso e católico como é o Portugal do pós-25 de Abril de 1974.

Neste complexo e controvertido jogo de equilíbrios, dois fatores aparentemente dicotómicos são tomados em consideração: constitucionalmente, Portugal é um Estado laico com separação absoluta; e, identitariamente, a matriz cristã representa o elo cultural mais sólido da sociedade portuguesa.

Investido nessa dupla missão de, por um lado, arrogar a não-confessionalidade e a neutralidade religiosa e, por outro, não poder ser alheio aos valores e interesses da sociedade e, por consequência, estar obrigado a garantir a formação e o desenvolvimento livre das consciências em função da procura social, o Estado português assume uma fórmula original, de separação com cooperação – a secularização cristã –, onde acentua o relacionamento de pacto e de compromisso entre a *res temporalia* e a *re spiritualia*.

## Direitos Humanos e Sociedade Política

**Moderadora:** Mónica Dias (IEP-UCP)

**Título da Comunicação:** *A diplomacia de de Direitos Humanos da União Europeia para a América Latina, América Andina e América Central, dois casos fotográficos*

**Autor:** André Luis Nascimento dos Santos (Univ. Fed. Alagoas e LABMUNDO)

### RESUMO

O presente trabalho, à luz de uma sociologia das relações internacionais, tem a pretensão de compreender o modo como se tem dado o processo de construção da diplomacia dos Direitos Humanos da União Europeia, sobretudo quando destinada para a América Latina. A fim de ilustrarmos como tem se expressado essa modalidade de diplomacia para uma região que outrora fora, também, um espaço de dominação colonial europeia, o presente trabalho analisará fotograficamente dois casos exemplares, quais sejam: Os diálogos da União Europeia dos Direitos Humanos junto a América Andina e a América Central.

**Palavras chaves:** Europa; União Europeia; gramática dos Direitos Humanos; Diplomacia dos Direitos Humanos

## A Ciência Política em Portugal. Análise da Situação

**Moderador:** Marcelo Camerlo (ICS-UL)

**Título da Comunicação:** *A Ciência Política em Portugal. Um quadro de análise' Análise da Situação do Estudo das Relações Internacionais em Portugal*

**Autor:** Antigoni Kiroussi (Univ. Complutense Madrid e ICS-UL)

### RESUMO

O estudo das Relações Internacionais é uma das subdisciplinas mais aprofundadas da Ciência Política. Em Portugal, foi uma das primeiras subdisciplinas a ser estudada após a democratização (com a Universidade do Minho sendo a pioneira em 1975). Nas faculdades de Ciência Política, as Relações Internacionais são uma das disciplinas mais ensinadas, com catorze programas de Licenciatura, quinze de Mestrado e onze de Doutoramento, alguns tendo um enfoque mais específico (i.e. História, Defesa, Direito, diferentes Regiões). Do ponto de vista das publicações científicas editadas, entre as oito de revistas de ciências sociais e políticas, três dedicam-se à análise das Relações Internacionais. Para além disso, existem também Institutos especializados na área, tanto sendo parte das acima mencionadas Universidades como criados por iniciativa privada i.e. think tanks. Embora seja um componente forte da área, uma vez revisados os estudos realizados, parece emergir um padrão de desequilíbrio, com alguns temas extensivamente analisados (como a História das Relações Internacionais) e com um menor aprofundamento em outros (principalmente a Teoria das Relações Internacionais). A presente comunicação pretende revisar e apresentar o estado dos estudos das Relações Internacionais em Portugal, através duma análise descritiva e longitudinal, partindo da democratização e chegando até hoje. Tentar-se-á verificar qual é o ângulo teórico privilegiado nos estudos, com o intuito de ver se há um padrão dominante e serão também observadas as regiões mais estudadas, pretendendo averiguar se há uma mudança longitudinal neste enfoque.



## A Ciência Política em Portugal. Análise da Situação

**Moderador:** Marcelo Camerlo (ICS-UL)

**Título da Comunicação:** *Estado da situação da Ciência Política em Portugal. Primeiras indagações' A Situação dos Estudos do Comportamento Político em Portugal*

**Autor:** Canberk Koçak (ICS-UL)

### RESUMO

Tendo mais de 10 revistas científicas sobre a disciplina, a ciência política é hoje uma das principais áreas de ciências sociais em Portugal, ensinada em 15 instituições de ensino superior. Em Portugal, como no resto dos países da Europa Ocidental, a participação política dos cidadãos é um dos componentes essenciais na vida política desde o 25 de Abril de 1974. Portanto, os especialistas da subdisciplina do comportamento político focalizam-se nas principais variáveis das preferências políticas dos cidadãos portugueses, na tendência decrescente da taxa de participação às eleições, e no papel dos votantes que não se identificam com um partido político. O objectivo desta comunicação é de fazer uma análise descritiva e longitudinal do estado dos estudos em Portugal sobre o comportamento político, e de mostrar a sua evolução a partir da transição para democracia. Neste sentido, a comunicação debruça-se sobre os trabalhos publicados nas principais revistas científicas portuguesas -Análise Social, Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations, Portuguese Journal of Social Science, Revista Crítica de Ciências Sociais, Revista Portuguesa de Ciência Política-, dos especialistas portugueses e estrangeiros que estudam sobre esta subdisciplina.

## A Ciência Política em Portugal. Análise da Situação

**Moderador:** Marcelo Camerlo (ICS-UL)

**Título da Comunicação:** *Estado da situação das RRII em Portugal. Primeiras indagações' O Estado de Bem-estar Social no Contexto Atual*

**Autor:** Dmitri Félix do Nascimento (ICS-UL)

### RESUMO

O debate entorno sobre o papel do Estado de bem-estar social tem tido um espaço vital na Ciência Política em Portugal. Os limites, potencialidades e críticas sobre o tema hão gerado um conjunto de obras e artigos que esboçam visões conflitantes dependente das teorias utilizadas. Desde a eclosão e fim da II Guerra Mundial, o Estado de bem-estar social foi a resposta encontrada por vários países europeus afim de reorganizar as forças produtivas e sociedade de seus países. Os discursos de intelectuais, pensadores e políticos de várias tendências (desenvolvimentistas, progressistas, socialistas, liberais, e outros) focaram os estudos sobre o Estado de bem-estar social afim de reafirma-lo enquanto necessidade histórica, ou também a contrapô-lo a visões neo-liberais. Desta forma, no campo teórico, estes autores tentam reforçar o papel do Estado frente as forças econômicas dependentes mais do que nunca de um sistema global de múltiplos Estados locais, a exemplo da União Europeia. Realizaremos um revisão sobre os principais trabalhos que foram produzidos nos Congressos de Ciência Política em Portugal e no Brasil.

**Poder, saúde e educação: exemplos de políticas de promoção do desenvolvimento**

**Moderadora:** Paula Duarte Lopes (FE e CES – UC)

**Comentador:** Ricardo Pereira (FCT)

**Título da Comunicação:** *Desafios da Saúde Global para a (re)definição de modos de produção de conhecimento em iniciativas de combate às desigualdades de saúde*

**Autora:** Patrícia Ferreira (CES-UC)

**RESUMO**

Uma das dimensões associadas à Saúde Global é o seu envolvimento nas dinâmicas de produção de conhecimento ‘globalizado’ sobre saúde e na sua disseminação através de modelos de transferência de conhecimento sustentados em ações de cooperação internacional. Proponho, como alternativa, a sustentação dos programas de cooperação em conhecimentos contextualizados e situados sobre saúde, assentes em co-produção de conhecimento que poderão contribuir para a formação de profissionais de saúde mais capazes de atuar em contextos locais marcados pela pobreza e exclusão social. Espero, com este trabalho, contribuir para o surgimento de novas perspetivas sobre produção de conhecimentos e práticas na área da saúde que sejam mediadas por diferentes atores, em contextos sociais e epistemológicos específicos, problematizando a relação entre a sociedade e a produção de conhecimento.

**Poder, saúde e educação: exemplos de políticas de promoção do desenvolvimento**

**Moderadora:** Paula Duarte Lopes (FE e CES – UC)

**Comentador:** Ricardo Pereira (FCT)

**Título da Comunicação:** *Cooperação para o desenvolvimento do Brasil na área da saúde com os PALOP*

**Autora:** Janiffer Zarpelon (UFSC, Brasil)

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar sobre a cooperação técnica internacional brasileira na área da saúde com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A cooperação técnica internacional para o desenvolvimento pressupõe tanto a troca de capacidades como orientada pela solidariedade, consenso e equidade. No entanto, as ações dos países geralmente são moldadas por meio de uma teia de interesses que resultam em condicionalidades na formulação e execução de projetos, cujos efeitos nem sempre conduzem à superação das formas tradicionais do interesse nacional de cada país. O Brasil, durante o governo Lula (2003-2010), teve a sua política externa pautada na autonomia pela diversificação. Isso se caracterizou no enfoque do país pela Cooperação Sul-Sul (ou cooperação técnica entre países em desenvolvimento). Vários foram os projetos de cooperação do Brasil na área da saúde, principalmente com os PALOP, utilizando o discurso político da solidariedade nesse processo de cooperação. Mas ao mesmo tempo fez com que o país ganhasse grande destaque no cenário internacional. Assim, busca-se averiguar como tem se dado esse processo cooperação e qual o interesse brasileiro nesse processo.

**Poder, saúde e educação: exemplos de políticas de promoção do desenvolvimento**

**Moderadora:** Paula Duarte Lopes (FE e CES – UC)

**Comentador:** Ricardo Pereira (FCT)

**Título da Comunicação:** *Uma abordagem comparada de políticas de empoderamento: iniciativas governamentais versus não-governamentais, um exemplo de Moçambique*

**Autora:** Roberta Maschietto (Univ. Bradford)

**RESUMO**

A comunicação discute duas iniciativas diferentes para a promoção do empoderamento num distrito rural no Norte de Moçambique. O primeiro caso trata-se de uma iniciativa nacional para a concessão de pequenos créditos e que assenta na participação dos conselhos locais do distrito e pretende aumentar a produção de alimentos e a criação de rendimentos no longo prazo. O segundo caso aborda o trabalho de um ONG local na promoção da capacitação de comissões locais de desenvolvimento ao nível da comunidade. Em ambos os casos a dimensão da participação constitui um pilar central da política. Por outro lado, as abordagens diferem, nomeadamente na forma como os grupos são criados e como a relação entre os locais e o governo/ONG é mantida no longo prazo. Acresce ainda, no caso da ONG, que não qualquer retorno financeiro.

Numa fase em que ‘empoderamento’ se tornou um termo da moda e ‘participação’ se tornou uma panaceia para resultados de desenvolvimento ‘legítimos e sustentáveis’, é importante compreender como estes instrumentos se relacionam com uma série de outros aspectos políticos por forma a concretizarem o que prometeram.

**Poder, saúde e educação: exemplos de políticas de promoção do desenvolvimento**

**Moderadora:** Paula Duarte Lopes (FE e CES – UC)

**Comentador:** Ricardo Pereira (FCT)

**Título da Comunicação:** *como parceiras na construção da paz: a (des)politização dos espaços locais de intervenção*

**Autora:** Marisa Borges (CES-UC)

**Novos contributos para a compreensão da Paz**

**Moderadora:** Maria Francisca Saraiva (CAPP-ISCSP)

**Título da Comunicação:** *Empatia e operações de paz: para uma nova compreensão da paz local*

**Autor:** António Manuel Santos Leitão (FE-UC)

**RESUMO**

O desenho e operacionalização das missões de paz das Nações Unidas têm vindo a tornar-se cada vez mais complexas. Seguindo um modelo liberal, estas traduzem-se atualmente em operações multidimensionais, que procuram não só operar ao nível da violência direta (pacificação) mas também alterar fundamentalmente as causas de conflito, transpondo para o espectro político os conflitos que se operam de forma violenta.

A crítica a estas operações centra-se nos princípios liberais aplicados, metodologias e formas de operacionalização ou ainda na estruturação institucional. Oliver Richmond critica a imposição do modelo liberal, que conduz à criação de uma *paz virtual*: legitimada internacionalmente mas inexistente a nível local. A utilização de um modelo híbrido, que tenha em conta as necessidades locais assim como os princípios do modelo liberal, é o seu contributo para a superação deste problema. No entanto, o autor não explicita de que

forma este modelo híbrido pode ser adoptado, e de que forma se apreende uma paz local. Através da análise às componentes do conceito de empatia, este trabalho procura avaliar a sua utilidade enquanto mecanismo de conhecimento da realidade local, conduzindo ao desenvolvimento de uma concepção de paz alternativa que, se operacionalizada, possa contribuir para uma paz sustentável.

### **Novos contributos para a compreensão da Paz**

**Moderadora:** Maria Francisca Saraiva (CAPP-ISCSP)

**Título da Comunicação:** *Tornar visível o invisibilizado: uma orientação normativa em direção ao horizonte emancipatório de uma paz verdadeiramente positiva.*

**Autora:** Isabella Lamas (FE-UC)

### **RESUMO**

As lentes teóricas do triângulo das violências elaborado por Johan Galtung (Peace Research) e da segurança como emancipação proposto inicialmente por Ken Booth (Aberystwyth School), apesar de provenientes de campos distintos, uma pertencente à área dos Estudos para a Paz enquanto a outra aos Estudos Críticos de Segurança, apresentam uma sobreposição complementar. Estas lentes, quando analisadas em conjunto, combinando os elementos mais frutuosos de cada um dos paradigmas, permitem uma orientação normativa em direção a um horizonte emancipatório de uma paz verdadeiramente positiva.

Este trabalho irá expor um exemplo de aplicação empírica que é tão rara a ambas: o caso da exploração de carvão pela Vale S.A em Moçambique. Afinal, é assim que podemos desenvolver um entendimento mais empático de realidades de insegurança e violência no mundo. Acredita-se ser possível, ao se analisar empiricamente o caso das violências e inseguranças associadas à exploração mineral em contextos de paz formal, mesmo que com bases em fontes secundárias, proporcionar uma reflexão sobre a necessidade de se denunciar as contradições que moldam a paz aparente e dar voz a populações marginalizadas socialmente, contribuindo na busca de caminhos emancipatórios.

## Novos contributos para a compreensão da Paz

**Moderadora:** Maria Francisca Saraiva (CAPP-ISCSP)

**Título da Comunicação:** *Estudos da paz ou da não-violência? Uma análise crítica ao contributo de Johan Galtung.*

**Autora:** Joana Ricarte (FE-UC)

### RESUMO

Os Estudos da Paz são uma disciplina que nasce em meio a um debate que não se restringia ao ambiente académico, tendo um carácter de contestação política e ideológica como motivação para sua existência. Contrariamente a uma historiografia da conflitualidade que passa a se desenvolver com força nas Relações Internacionais no século XX, os Estudos da Paz aparecem como uma tentativa de resgate de uma história que foi silenciada em prol de uma naturalização da guerra: a história da paz. Dessa forma, busca o resgate da paz como objeto de pesquisa em detrimento de uma fixação na conflitualidade. Contudo, há ainda uma obsessão em se definir a paz através de sua antítese, a violência. A ausência de violência deve ser vista como pré-requisito para a existência da paz e não como condicionante desta. Este trabalho busca contribuir para o pensamento sobre a paz questionando criticamente o alcance e as limitações inerentes à definição da paz em função do conceito de violência(s) desenvolvido por Johan Galtung. Argumenta-se que a construção de uma definição demasiado ampla para os atos de violência acaba por desviar o eixo da investigação para a Paz no sentido de uma investigação da não-violência. Propõe-se, como forma de ultrapassar essas limitações, a inserção dos conceitos de justiça e a liberdade como forma de construir uma dimensão de paz alcançável, exequível e duradoura.



## Novos contributos para a compreensão da Paz

**Moderadora:** Maria Francisca Saraiva (CAPP-ISCSP)

**Título da Comunicação:** *O futuro do peacebuilding é contentar-se com uma paz imperfeita? As dimensões económicas do modelo de peacebuilding e a reestruturação em El Salvador.*

**Autor:** Tiago Vales (FE-UC)

### RESUMO

Com a hegemonia do paradigma do liberalismo político e económico emergente no pós-Guerra Fria, os processos de construção estatal (peacebuilding) implementaram atividades em sociedades atingidas por conflitos criando uma ordem jurídica, política e económica compatível com a paz democrática e economia de mercado. Adotando uma perspetiva crítica, busca-se, neste trabalho, entender as dinâmicas da reestruturação económica dos processos de peacebuilding realizados pela ONU e outras instituições internacionais. Argumenta-se que esses processos de reconstrução económica não são suficientemente abertos para se adaptarem às circunstâncias locais e priorizam as necessidades internacionais em detrimento de iniciativas locais deixando, então, uma paz imperfeita, ou seja, uma situação suficientemente pacífica ou suficiente para atender aos objetivos internacionais por um lado, mas que por outro não traz, necessariamente qualidade de vida ou autonomia suficiente para que agentes locais formulem seus próprios meios de desenvolvimento e pacificação. Para tanto, toma-se como estudo o caso o conflito em El Salvador. As atividades ali desenvolvidas, resultantes dos Acordos de Chapultepec, são consideradas exitosas e politicamente inovadoras, no entanto, são criticadas principalmente em suas dimensões económicas.

**Serviços de Informações e Informações Estratégicas. Perspectivas sobre a  
Intelligence em Portugal (II)**

**Moderador:** José Lúcio (e-GEO FCSH/UNL)

**Título da Comunicação:** *Da intrusividade dos processos de recolha de informação.  
Imperativos securitários e garantias dos cidadãos: uma perspectiva jurídica.*

**Autores:** José Chilão (FCSH/UNL) e José Lúcio (e-GEO FCSH/UNL)

**RESUMO**

Mais do que nunca, nos dias de hoje, a recolha de informação, num contexto quantas vezes intrusivo, assume um papel fundamental na primeira linha de prevenção de crimes e/ou ameaças contra a segurança nacional, a ordem política e social. Se, por um lado, podemos considerar a informação como a base para os processos de decisão securitária e defensiva (pois qualquer política estruturada de defesa assenta primordialmente em informação que visa delinear quais são os seus objectivos e definir as estratégias para os atingir), de um outro lado, é importante ter em conta que a crescente quantidade de informação à disposição dos serviços de segurança é um recurso que necessita de ser eficazmente regulado e vigiado no sentido de prevenir abusos não consentâneos com um Estado de Direito.

Deste modo, impõe-se, num primeiro momento, seleccionar o quadro legal que regula a recolha de dados e informações no contexto das políticas de segurança para, numa segunda etapa, proceder a uma avaliação em termos de determinar até que ponto essas mesmas opções estratégicas e programáticas são eficazes em termos de salvaguardar/defender um quadro de direitos, liberdades e garantias consagrado pela Constituição da República Portuguesa.

Recusando, logo à partida, uma postulação do tipo “Navalha de Ockham”, uma vez que a realidade não se compadece com premissas estritamente necessárias à explicação deste fenómeno na óptica das forças de segurança, em face quer dos objectivos gerais do presente congresso, quer em termos das metas definidas pelos autores da comunicação, salvaguardados que estejam fenómenos como o “ciberterrorismo” ou a “guerra

informática”, importará avaliar de que forma o legislador lida com o paradigma da salvaguarda dos direitos consagrados a fim de evitar um mal maior.

[PALAVRAS-CHAVE]: *Intelligence*, Segurança e defesa, Liberdades e garantias.

### **Serviços de Informações e Informações Estratégicas. Perspectivas sobre a Intelligence em Portugal (II)**

**Moderador:** José Lúcio (e-GEO FCSH/UNL)

**Título da Comunicação:** *Os serviços de informação na consolidação do Estado Novo: o carácter preventivo e punitivo da PVDE durante a Segunda Guerra Mundial*

**Autora:** Cátia Teixeira (IHC, FCSH/UNL)

#### **RESUMO**

Quando se dá a institucionalização do Estado Novo, em 1933, parte da oposição tinha sido já detida, deportada ou exilada, processo essencial para que os pilares do novo regime pudessem ser edificados, em estreita colaboração com a polícia política. Após os últimos actos de movimentação operária deste período, o regime constrói a imagem de um país onde se havia alcançado a “paz social”. Quando, no início da Segunda Guerra Mundial, a propaganda do Estado Novo destacava essa imagem de país idílico, pacato e submisso, no meio de uma Europa em conflito, começava a entrever-se o despontar da primeira grande crise que o Estado Novo teve de enfrentar, a qual foi superada através de uma forte política preventiva, punitiva e disciplinadora levada a cabo pela PVDE, em coordenação com outras instituições do regime.

Pretendemos, nesta comunicação, mostrar o papel fundamental que desem-penharam os serviços de informação durante o processo de consolidação do Estado Novo. Recorremos a um estudo de caso – o das greves operárias na Covilhã – para ilustrar as estratégias levadas a cabo durante o período excepcional da Segunda Guerra Mundial, que fez que o regime superasse eficazmente as dificuldades desencadeadas pela agitação operária.

[PALAVRAS-CHAVE]: Estado Novo, PVDE, Serviços de Informação, Greves

**Serviços de Informações e Informações Estratégicas. Perspectivas sobre a  
Intelligence em Portugal (II)**

**Moderador:** José Lúcio (e-GEO FCSH/UNL)

**Título da Comunicação:** *Quem governa os serviços de informação em Portugal? Perfil das estruturas dirigentes (1974-2014)*

**Autor:** César Rodrigues (FCSH-UNL)

**RESUMO**

Os serviços de *intelligence* desempenham um papel central junto dos Estados na medida em que são organismos que fornecem informações de carácter singular, necessárias a uma tomada de decisão esclarecida por parte dos actores políticos. No caso português, os serviços de informação obedecem a uma lógica que se relaciona com os fundamentos institucionais e legais do regime democrático, apresentando-se escassos e pouco aprofundados os estudos que se têm debruçado sobre o tema. A presente comunicação, fracção de uma investigação de mestrado mais lata, tem como objectivo caracterizar a estrutura dirigente dos serviços de informação portugueses e identificar as suas peculiaridades. Neste sentido, procuraremos de um lado retratar, através de uma análise sociodemográfica e curricular, o perfil dos titulares dos cargos de direcção; do outro, olhar-se-á para as dinâmicas e tendências de relacionamento institucional, assim como para os fluxos de poder que sobressaem. Será aplicado um desenho metodológico combinado que cruzará técnicas quantitativas (essencialmente estatística descritiva) com técnicas qualitativas (análise de fontes primárias, prosopografia, entrevistas).

[PALAVRAS-CHAVE]: Informações, *Intelligence*, Portugal, Lideranças, Estruturas

**Serviços de Informações e Informações Estratégicas. Perspectivas sobre a  
Intelligence em Portugal (II)**

**Moderador:** José Lúcio (e-GEO FCSH/UNL)

**Título da Comunicação:** *O princípio da Anarquia e a necessidade da obtenção de  
informações – Uma abordagem teórica*

**Autor:** Emanuel Bernardes Joaquim (IHC e FCSH-UNL)

**RESUMO**

O recente escândalo de espionagem da NSA veio confirmar uma velha definição realista: a do sistema internacional enquanto arena competitiva entre Estados, independentemente dos mesmos serem aliados ou se identificarem entre si pela semelhança dos seus regimes políticos e crenças ideológicas. Assim, a acção externa continua a ser definida, essencialmente, pelos princípios que regem o funcionamento do sistema internacional: o da anarquia, assim como o que dele decorre, isto é, de que os Estados buscam primariamente a auto-ajuda. Daqui seguem-se três consequências: a de que a arena internacional é marcada pela desconfiança mútua, já que, num ambiente competitivo definido pela inexistência de uma autoridade superior, não há forma de se garantir a rectidão na acção de outrem; a de que o principal factor influenciador da acção externa é a distribuição de poder na estrutura internacional, que torna premente a obtenção de informação sobre o desenvolvimento de capacidades por Estados potencialmente rivais; e finalmente a da centralidade da condição de segurança, que, conjugada com o clima de desconfiança mútua, resulta em dilemas de segurança e decorrentes dinâmicas. A estas acrescentam-se ainda a nova necessidade de obtenção de informação já não apenas sobre as capacidades de outros Estados, mas sobre as intenções dos seus líderes ou sobre a capacidade extractiva dos seus sistemas políticos, bem como o modo como os novos mecanismos de obtenção de informação tendem a complexificar a definição de agentes de política externa, assim como a luta pelo desenvolvimento desta última.

[PALAVRAS-CHAVE]: Anarquia, Estados, *Intelligence*, Teoria das Relações Internacionais